

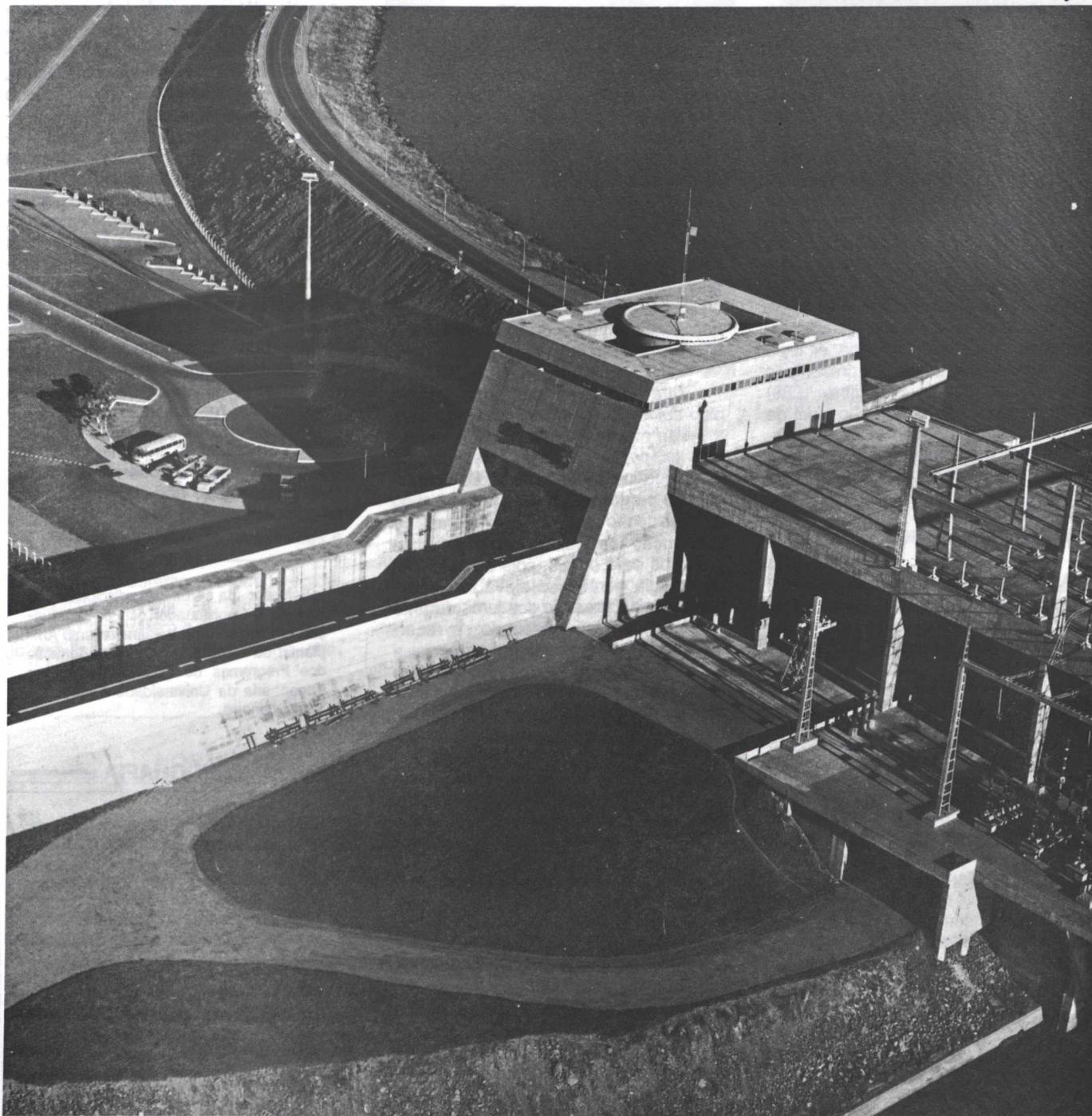
Implantação de grandes hidrelétricas

ESTRATÉGIAS DO SETOR ELÉTRICO
ESTRATÉGIAS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS*

Carlos B. Vainer**

Frederico Guilherme B. de Araújo**

Arquivo 2M



I - INTRODUÇÃO

A política do Setor Elétrico estatal, desde a criação da ELETROBRÁS no início da década de 60, vem sendo marcada por duas características básicas: 1ª) a construção de um portentoso aparelho de planejamento, controle e gestão dos sistemas de produção e distribuição de energia elétrica no conjunto do território nacional; 2ª) o atendimento ao crescimento da demanda de eletricidade principalmente através da utilização de recursos hídricos, por meio da construção de grandes unidades geradoras. Esses dois eixos de ação levaram a que o sistema ELETROBRÁS atualmente tenha 42.710 MW de capacidade instalada em 90 usinas, sendo 23 termelétricas e 57 hidrelétricas.

O plano estratégico que, no presente, norteia as decisões governamentais quanto à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica é o Plano Nacional de Energia Elétrica (1987/2010), mais conhecido como Plano 2010 (ELETROBRÁS, 1987). Este documento do Setor Elétrico projeta o crescimento do consumo de eletricidade no país em 392% no período 1986-2010 (de 175,7 Twh para 668,8 Twh), tendo por base uma previsão de crescimento do PIB à taxa anual de 5,8%. No que concerne à geração da fonte hídrica, que é a que aqui nos interessa, a capacidade instalada deveria passar, no período planejado, de 38.500 MW a 141.800 MW (crescimento de 386%), com a construção de novas 165 hidrelétricas e investimentos, apenas

até 1996, da ordem de 70 bilhões de dólares.

Como é sabido, os critérios de otimização financeira e energético vigentes no planejamento deste Setor, bem como as pressões dos grandes grupos de empreiteiros da construção civil e de produtores de equipamentos elétricos pesados têm conduzido, no Brasil como em vários outros países, a privilegiar as mega-obras, que exigem, quase sempre, a inundação de vastíssimas áreas para a constituição de reservatórios. Em Itaipu, por exemplo, a formação de um lago artificial de 1.350 Km² submergiu mais de 100.000 ha de fértilíssimas terras; e o lago de Itaipu parece pequeno se comparado aos de Balbina (2.436 Km²), Tucuruí (2.430 Km²) ou Sobradinho (4.197 Km²).

Seria difícil exagerar os desastres sociais e ecológicos que empreendimentos desta natureza e dimensão já provocaram e poderão provocar em futuro próximo. Em regiões como a Amazônia, de equilíbrio ecológico particularmente delicado, a estes impactos soma-se, em barragens já construídas como em muitas das que estão previstas, a ameaça de um verdadeiro etnocídio, uma vez que se condena ao deslocamento, à dispersão, à desagregação cultural, quando não à morte propriamente dita, numerosos grupos indígenas.

Pelas cifras fornecidas pela ELETROBRÁS, não há razões para acreditar que o pior já passou. A área total a ser inundada pelos aproveitamentos previstos no Plano 2010 é de 11,3 milhões de hectares passando-se de um

total de 2,9 milhões para 14,2 milhões de hectares sob as águas no final do período.

II - AS QUESTÕES EM JOGO

A natureza e lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica: produção de eletricidade. Tudo o que contrarie ou escape a este fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica **custos**. Nestes termos, compreende-se que sejam vistos como obstáculos a população que ocupa as áreas a serem inundadas, os usos da água feitos por esta população, bem como todas as atividades econômicas e sociais que pré-existem ao projeto.

O grande projeto hidrelétrico aparece para a população regional como algo que lhe é estranho, que não a incorpora nem como recurso, nem como destinatário/consumidor. Ele se impõe como uma **exigência do desenvolvimento nacional**, que as últimas décadas mostraram, aos estudiosos tanto quanto às populações, ser concentrador espacialmente e excludente social e politicamente. E é este projeto que exige que dezenas, centenas, milhares de famílias abandonem suas terras, seus cemitérios e igrejas, suas relações de vizinhança e sociabilidade, suas casas, vilas, bairros ou cidades inteiras. É esse projeto também que, através dos danos ao meio ambiente, produz efeitos perversos para as condições de vida,

Arquivo CRAB



presentes e futuras, daqueles que, não sendo deslocados compulsoriamente, permanecem nas regiões próximas ao empreendimento, muitas vezes acalentados pela doce ilusão divulgada pelo Setor Elétrico de que não são "atingidos".

Para o padrão hegemônico de planejamento no Setor Elétrico, as questões sociais e ambientais são variáveis a serem equacionadas em termos de custo financeiro, obstáculos a serem removidos para que o território liberado possa ser ocupado pelo empreendimento. Na seção seguinte, procuraremos sistematizar algumas observações que temos feito no estudo e acompanhamento dos conflitos gerados por esse tipo de prática.

III – ESTRATÉGIAS DO SETOR ELÉTRICO/ESTRATÉGIAS DA POPULAÇÃO ATINGIDA

Um belo dia, circula numa determinada região do país a notícia de que muitas coisas vão mudar, de que uma ou várias barragens serão construídas um pouco por toda parte: muitas terras serão inundadas, muita gente vai ter que abandonar a região. Centenas ou milhares de pessoas descobrem que decisões tomadas no âmbito das agências de planejamento energético fizeram delas excedente demográfico. Descobrem que aquela terra em que produziam energia com o cultivo de alimentos e a criação de animais vai se transformar num reservatório de outra forma de energia – a energia elétrica, que muitos deles nem consomem. Ou que aquela floresta de tantos significados e riquezas vai virar um espelho d'água. Descobrem, enfim, que isso significa a destruição de seus meios e modos de vida.

Para o Setor Elétrico o que importa é a relação custo/benefício de seu plano. Para a população que sofrerá os impactos, a lógica é exatamente inversa. Preocupa, antes de mais nada, o seu próprio destino, de suas terras, de sua região. Os benefícios possíveis, se os há, são vagos, indeterminados e, provavelmente, nunca chegarão até ela; os efeitos negativos são concretos, palpáveis, diretos, imediatos.

Dois olhares, duas lógicas, duas maneiras de avaliar os impactos de um grande projeto de investimento (1).

Tentaremos agora registrar, de maneira sintética, as principais estratégias e formas de ação mais recentes dos dois protagonistas que expressam as



lógicas delineadas: o Setor Elétrico e a população organizada em movimentos de atingidos (2).

3.1. O Setor Elétrico em Ação

A iniciativa do conflito, como é evidente, parte do Estado brasileiro, responsável pelo padrão de planejamento setorial que se vem praticando, pela política energética, pela decisão de implantar cada uma das barragens hidrelétricas no país. É este Estado que, sobretudo a partir de Itaipu, vem pautando o planejamento do Setor Elétrico nas obras gigantescas.

No topo, temos o Ministério das Minas e Energia, ao qual é subordinada a ELETROBRÁS, de quem são subsidiárias regionais a ELETROSUL, ELETRONORTE, CHESF e FURNAS, responsáveis pela execução dos projetos e operação das usinas (3). No corpo a corpo com a região e a população, as subsidiárias aparecem como interlocutoras primeiras e imediatas das reclamações e reivindicações locais; à medida que avançam em sua organização e força, os movimentos de resistência têm buscado contactar e negociar com as esferas superiores da administração federal – Eletrobrás e Ministério das Minas e Energia.

Como representantes locais do Setor Elétrico, as subsidiárias têm estruturado seu comportamento de modo semelhante, quase sempre baseado nas seguintes pautas prioritárias de ação: desinformação, estratégia territorial patrimonialista e negociação individual.

a) Desinformação

A desinformação constitui uma das principais armas das empresas do Setor Elétrico. Para entender sua eficácia

basta lembrar que dificilmente indivíduos não confrontados anteriormente a situações similares conseguem vislumbrar as consequências do projeto, dadas sua dimensão e complexidade.

Nos momentos iniciais, a desinformação assume a forma pura e simples de sonegação da informação, de maneira a facilitar o ingresso da empresa na região, a conquista de algumas posições no terreno antes que a população se dê conta do que vai ocorrer – por exemplo, a empresa compra terras de vital importância para a instalação do projeto, como pode ser a área a ser ocupada pelo canteiro de obras. Nesta etapa, busca-se assegurar que, em caso de vir a surgir resistência, a empresa já se encontre ancorada no terreno e a obra já possa aparecer como algo irreversível, quase como se fosse um fenômeno natural diante do qual não se pode senão sofrer as consequências (4).

Numa etapa seguinte a desinformação assume outra conotação. De um lado, ela aparece através de uma intensa atividade de comunicação social, que propaga a obra e seus benefícios, ao mesmo tempo em que tergiversa quanto aos impactos negativos para a população e região atingidas. De outro lado, ela se funda sobre uma política mais sutil de lançamento de informações desconstruídas, contraditórias; assim, por exemplo, no que concerne aos preços pagos como indenização ou às datas para enchimento do reservatório, cria-se um clima de dúvidas, insegurança e, não raro, angústia, que facilita a ação da empresa. Há também uma permanente preocupação em desacreditar as lideranças emergentes, divulgar números exagerados sobre os

que aceitaram negociar individualmente, etc.

b) Estratégia territorial patrimonialista

Os esforços das subsidiárias da ELETROBRÁS para criar o vazio demográfico necessário à instalação das barragens podem ser vistos como parte de uma verdadeira operação de ocupação. Seus levantamentos e estudos de campo fornecem uma vasta e detalhada informação sobre o espaço a conquistar, os cadastramentos sócio-econômicos dão elementos sobre cada propriedade e proprietário. Nesta linha, a empresa busca assumir a propriedade da área-alvo, e o mecanismo legal que acionará será o da compra. Coerentemente, as empresas somente reconhecem na área a ser desocupada aqueles que detêm direitos de propriedade. Não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas proprietários. E, nestes termos, o deslocamento de população se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individualizadas de compra-venda (5).

Na realidade, existem muitos moradores e ocupantes que serão obrigados ao deslocamento e não receberão indenização alguma, como tampouco receberão apoio para reinstalação. A estratégia territorial patrimonialista desco-

nhece qualquer direito social ou territorial dos não proprietários, eximindo as empresas dos custos sociais impostos a esta parcela da população transferida. Não é, pois, casual, que os deslocamentos para a limpeza da área estejam afetos aos Departamentos de Patrimônio Imobiliário.

Reduzindo o problema social a sua dimensão patrimonial-legal (compra-venda), tampouco preocupam-se as empresas com as condições em que a população se vai realocar, enquadrando os termos da negociação que propõem nos estritos limites de uma discussão sobre o valor da indenização. As consequências deste tipo de comportamento já se mostraram trágicas em várias experiências: aquele que recebe uma indenização raras vezes consegue reinstalar-se em uma propriedade equivalente àquela que teve de abandonar, seja porque a inflação desvaloriza rapidamente o dinheiro recebido, seja porque o aquecimento do mercado imobiliário regional penaliza enormemente os que venderam para comprar.

c) Negociação individual

O terceiro eixo da filosofia de ação das subsidiárias da ELETROBRÁS é a busca da negociação individual, proprietário por proprietário. Embora pare-

ça irracional do ponto de vista organizacional, tal opção tem objetivos claros: impedir, ou dificultar, a discussão e organização coletivas. Para a empresa, a população não existe enquanto coletividade/comunidade, mas apenas como um somatório de proprietários individuais.

Desnecessário lembrar que a igualdade entre as partes que se supõe presente num contrato particular de compra-venda não passa, nestas condições, de uma ficção legal: de um lado está uma grande empresa estatal, com seus enormes recursos, seus corpos técnico e jurídico, enfim, o poder; do outro lado está o pequeno agricultor, desamparado, temeroso, pressionado.

A mesma filosofia que leva as Empresas do Setor a tentarem negociações individuais, as conduz a buscar impedir que o problema social gerado por cada empreendimento transcenda os limites da área atingida, que outros setores da sociedade civil local, regional e nacional se engajem na discussão e deliberação a respeito do objeto do conflito. Nesse contexto, não surpreende a renitente recusa em aceitar como interlocutores legítimos os diversos movimentos sociais organizados a partir da problemática gerada pela implantação de barragens.

Em alguns casos, ao longo do tempo e frente à resistência encontrada, as subsidiárias foram sendo obrigadas a adaptar-se à nova realidade política que se configurava e a flexibilizar a aplicação das três diretrizes estratégicas acima apresentadas. Estas mudanças, no entanto, em momento algum, representaram um abandono do padrão original de planejamento ou uma reversão da lógica que subjaz à implantação das barragens.

Na verdade, nem resistências locais, nem alterações no contexto político global da sociedade brasileira, nem as pressões do Banco Mundial, nem a nova legislação ambiental (1986) foram, até agora, suficientes para fazer da população algo mais que uma variável exógena ao modelo, isto é, um obstáculo (6).

3.2. A População Atingida em Ação – Os Movimentos Organizados

Seguindo o que foi proposto no início desta seção, destacaremos apenas as diretrizes centrais dos movimentos de atingidos que mais avançaram em suas formulações estratégicas e práticas de



Arquivo CRAB

ação. Nossas referências explícitas são os movimentos dos atingidos da UHE de Itaparica, organizados no "Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco" e dos atingidos pelo conjunto das barragens projetadas para a Bacia do Rio Uruguai, organizados na "Comissão Regional de Atingidos por Barragens" (CRAB).

a) A informação como meio de conscientização e mobilização

Desde suas origens os movimentos têm percebido a necessidade de fazer face à política sistemática de desinformação das empresas do Setor Elétrico. Para tanto, tornou-se necessário, em primeiro lugar, obter as informações, em sonegadas coisa nem sempre fácil junto a empresas que têm mantido secretos, enquanto podem, os detalhes dos projetos.

A busca incessante da informação, sua assimilação e difusão tem sido uma das atividades centrais dos movimentos, de que são testemunhas boletins periódicos, dossiês regulares com a reprodução de notícias saídas na imprensa sobre energia, meio-ambiente e questão agrária, bem como outros materiais. As lideranças têm demonstrado enorme sensibilidade para o fato de que a mobilização da população em defesa de seus direitos depende de que as pessoas: 1º) tenham uma idéia precisa das consequências da construção das barragens; 2º) tenham conhecimento de seus direitos, seja enquanto proprietários, seja enquanto cidadãos.

A troca de experiências com atingidos de outros empreendimentos, assim como o interesse em contatar profissionais e universitários aptos a fornecer subsídios para uma avaliação dos efeitos sócio-ambientais dos projetos de barragens, têm também feito parte do esforço de capacitação dos diversos movimentos para melhor informar.

O esforço de informação, em geral, é também dirigido a outros setores que não os diretamente atingidos. Em síntese, pode-se dizer que a manutenção de um sistema de informação ágil, regular, credível e abrangente tem sido para os movimentos a forma de conscientizar e engajar a sociedade local e a sociedade envolvente no processo deflagrado pelas intervenções das empresas elétricas.



b) O deslocamento enquanto questão social

É no tratamento dado à questão do deslocamento compulsório que encontramos as maiores oscilações, mesmo no interior dos movimentos que mais avançaram. As lutas dos atingidos por barragens têm partido da reivindicação por "indenizações justas". A constatação de que as indenizações não asseguram a reposição das condições de vida e, particularmente, o reassentamento, levou a que alguns dos movimentos passassem a exigir "terra por terra".

Na luta no Alto Uruguai estas mudanças nas reivindicações centrais aparecem de modo exemplar. Nas barragens de Itá e Machadinho a palavra-de-ordem era "terra por terra na região" expressando uma relação com o espaço regional que, ao transcender os valores legais e econômicos consagrados pela propriedade, remetia a significados sócio-culturais constitutivos da identidade/coesão do grupo social, e cuja projeção territorial é inquestionável (7).

No sul, o crescimento do movimento, a recusa sistemática da subsidiária regional em discutir as reivindicações apresentadas, a dificuldade em sensibilizar as autoridades superiores do Setor Elétrico, tudo isso levou a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), a assumir uma postura mais radical: "Não às Barragens". Esta nova orientação se materializa, no campo

de operações, em ações coletivas que vão progressivamente impedir a atuação dos funcionários da ELETROSUL e das firmas por ela contratadas.

Em 1987, depois de quase uma década de lutas, a ELETROSUL e a ELETROBRÁS reconhecem a CRAB como legítima representante das populações atingidas, abrindo-se uma fase de negociações substantivas. Na plataforma que elaboram nesta etapa, os atingidos exprimiram de modo inequívoco sua maneira de ver os deslocamentos: 1º) a ELETROSUL deveria responsabilizar-se pelo reassentamento de todos aqueles obrigados a abandonar suas terras e casas, fossem proprietários ou não; 2º) nenhuma obra poderia iniciar-se antes de estar assegurado o reassentamento; 3º) o reassentamento deveria ser na região.

Frontalmente contrárias à estratégia territorial patrimonialista, estas reivindicações coroavam um processo no qual a população estava deixando de ser uma rubrica no cronograma financeiro do Departamento Imobiliário para se transformar em questão social.

Se esse exemplo da luta da CRAB ainda não pode ser tomado com verdade para as populações atingidas pela maioria das hidrelétricas do país e, por outro lado, os deslocamentos causados pelas barragens não são ainda vistos como questão social no âmbito do Estado/ELETROBRÁS, o caminho parece estar definitivamente indicado.

No novo formato, ao invés de variável dependente a ser manejada pelos planejadores em seus modelos, a população se impõe enquanto sujeito político apto e desejoso de ser um parceiro no processo de tomada de decisões acerca do desenvolvimento regional, das políticas demográficas (localização de populações) e, por que não, das políticas energéticas.

c) Negociação coletiva

A negociação tem sido um objetivo comum aos diversos movimentos de atingidos. Para alcançá-la, duas condições devem ser simultaneamente satisfeitas: o reconhecimento da representação pelo conjunto dos atingidos e a aceitação desta como interlocutora pela subsidiária que empreende a obra. A negação das entidades da população atingida tem sido uma prática constante das empresas do Setor Elétrico, na esperança de que a recusa em sentar-se à mesa de negociações acabe por inviabilizar a legitimação da representação e, em consequência, deixe o campo aberto aos acordos individuais.

Para romper essa armadilha, têm tido sucesso aqueles movimentos que se lançam a um amplo e profundo esforço de organização das populações atingidas. À medida que se constrói a

força e coesão social do movimento, limitam-se progressivamente os espaços para que as empresas do Setor Elétrico apliquem sua tática de tratamento caso a caso.

Do conjunto desse processo, a nível nacional, está emergindo não apenas um movimento político, mas também uma dinâmica social que começa a conferir novo significado ao termo "atingido" – hoje símbolo de uma vontade de luta, de apego à terra e à região – que se opõe à forma gramaticalmente passiva da expressão. A experiência da luta pela negociação coletiva, bem como seu exercício, estão gerando ainda uma nova consciência da cidadania e novas práticas de solidariedade coletiva, de que é exemplo a proposta de introduzir, nas áreas de reassentamento destinadas aos atingidos da barragem de Itá (região do Alto Uruguai), formas permanentes de cooperação entre os produtores.

IV – OBSERVAÇÕES FINAIS

Duas estratégias de ação, dois objetivos, dois campos em luta. De um lado, a estratégia que visa a apropriação de determinados territórios, a limpeza do terreno e a transformação de certos espaços sociais em fonte de energia. De outro lado, a estratégia da resistên-

cia, que busca fazer valer os direitos sociais e territoriais de populações que jamais foram consultadas acerca da construção das hidrelétricas, de populações cujas necessidades e anseios estão ausentes dos planos e projetos.

Aqui, como em outras esferas de luta política, o discurso oficial apresenta os movimentos de resistência como adversários do progresso e da modernização da sociedade brasileira. Afinal de contas, perguntam, não é a energia o motor do desenvolvimento desejado por todos? Para os planejadores e dirigentes do Setor Elétrico, os problemas surgidos na implantação dos últimos aproveitamentos poderão ser superados através de um aperfeiçoamento do processo de planejamento – a grande novidade é o **planejamento participativo**.

Mas a pergunta que se pode contrapor é a seguinte: em que nível e em que condições deverá ocorrer a participação? Quem deverá participar nos processos efetivos de decisão, aqueles onde se estabelece os projetos a serem implantados, as necessidades energéticas a serem atendidas, os custos sociais e ambientais a serem ressarcidos? A participação dos atingidos ficará confinada aos esforços para mitigar os impactos negativos das obras ou

Arquivo CRAB



ocorrerá no momento em que se opta por um padrão de produção e distribuição de eletricidade, no qual, portanto, é possível conceber modelos alternativos ao atualmente vigente?

Os movimentos que vêm se desenvolvendo indicam que, em diferentes partes do país, as populações atingidas começam a se organizar e a se constituir em sujeitos políticos, aptos e desejosos de decidir sobre os destinos de suas regiões e de suas vidas. Quando dizem, como tem ocorrido em alguns casos, "Não às Barragens", certamente não se estão levantando contra uma obra de engenharia ou contra a hidreletricidade; estão, isto sim, questionando o processo social, econômico e político cuja lógica condena estas populações a serem tratadas como obstáculo ambiental a ser removido, cuja dinâmica faz de seus espaços de trabalho e vida meros territórios a serem conquistados.

* Este artigo baseia-se em comunicação apresentada pelo Prof. Carlos B. Vainer no Seminário "Efectos Demográficos de Proyectos de Desarrollo", promovido pelo Centro Latinoamericano de Demografía e pelo Centro de Estudios Demográficos/Universidade de Havana. (Havana, 4-14/07/1989).

** Professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-IPPUR/UFRJ.

Arquivo CRAB



ARAÚJO, Frederico G.B. de & VAINER, Carlos B.. "Elementos para a história do movimento de resistência às barragens do Alto Uruguai. Uma reflexão a partir da visão dos atingidos (versão preliminar). In Relatório de Pesquisa, Políticas Migratórias no Brasil. Elementos para uma história das intervenções governamentais na produção da mobilidade espacial da força de trabalho, vol. III. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1988.

CRAB (COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Histórico do Movimento de atingidos por barragens. Erechim, mimeo, 1985.

DOCUMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITÁ. Concórdia, mimeo, 10.8.1982.

ELETOBRÁS, Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Plano 2010. Relatório Geral. Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia/Centrals Elétricas Brasileiras S.A., 1987.

GAUDEMAR, Jean Paul de. La mobilization générale. Paris, Editions du Champ Urbain, 1979.

GERMANI, Guiomar Inez. Os expropriados de Itaipu. Porto Alegre, PROPUR/UFRGS, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 1986.

(...). "Implicações sociais da política do Setor Elétrico". In SANTOS, Leinar Ayer O. & ANDRADE, Lúcia M.M. (org.). As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

1 - A exposição incorre numa simplificação, uma vez que a população da região atingida não pode ser vista como uma totalidade homogênea. Alguns grupos ou segmentos sociais se beneficiam com a obra, particularmente no período de sua construção. O exame destas diferenciações exigiria por si só, um outro artigo; registre-se, no entanto, que elas desempenham importante papel no desenrolar de conflitos.

2 - Convém observar que a tendência geral à organização das populações atingidas por barragens é recente no país. As realidades e os níveis de organização e consciência dos diversos movimentos hoje existentes são bastante heterogêneos. Somente este ano (1989) foi iniciada uma articulação em nível nacional. As observações que fazemos dão conta das estratégias e formas de ação dos movimentos mais estruturados.

3 - Com ações e práticas semelhantes também podem ser arroladas a binacional Itaipu e algumas empresas estaduais, como a mineira CEMIG, a paulista CESP e a paranaense COPEL.

4 - Embora o fim do regime militar tenha permitido alguns avanços neste terreno, de que é prova a própria divulgação do Plano 2010, a prática do segredo ainda não foi totalmente banida. Fato significativo, pois parece haver uma correlação direta entre o momento em que a informação é divulgada (com relação ao andamento do projeto) e o surgimento de resistência organizada.

5 - A prática das empresas do Setor Elétrico inclui o respeito à determinação legal que obriga a indenizar não apenas pela terra, mas também por todas as benfeitorias - edificações, plantações permanentes, etc. - a ela incorporada. Isto permite que ocupantes de terra não proprietários recebam algum ressarcimento.

6 - "Certo é que os responsáveis pelo Setor Elétrico se declaram sensibilizados com a questão ambiental - na qual o 'social' está incluído - e procuram demonstrar isso para a sociedade e o Banco Mundial (...). No entanto, não existem indícios reais que a nova postura represente uma mudança no modo de conceber a questão. Não apenas não se observa nenhuma inversão de prioridades em relação ao 'social', como também se verifica que agora como antes trata-se a rigor de minimizar a avaliação dos efeitos, antes mesmo de se pensar em minimizar os próprios efeitos" (Sigaud, 1988, p. 108).

7 - Temos aí algo que dificilmente os planejadores e seus consultores jurídicos podem compreender e contemplar em seus planos. Sua lógica lhes diz que propriedades se equivalem sempre que seus valores forem iguais a localização é irrelevante. Ao exigirem reassentamento na região os atingidos contrapõem ao espaço homológico e homogêneo do planejador um espaço diferenciado, no qual estão investidos e coagulados valores sociais não mensuráveis, pois puramente qualitativos.